BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO PELA BASE NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO

Ivanilda Dantas de Oliveira[1]

No Brasil, na década de 1990, as políticas educacionais para a educação infantil foram se constituindo no embate, político e teórico, acerca do reconhecimento legal da criança como sujeito de direitos e da educação infantil como primeira etapa da educação básica. Nesse contexto, ampliou-se o campo de estudos e pesquisas na área e, no âmbito governamental, foram elaborados vários documentos para orientar o atendimento às crianças numa perspectiva educacional, entre eles os curriculares, que objetivam nortear a direção ou realizar o controle das práticas educativas em creches e pré-escolas. É a partir dessa década, que ganha proeminência o argumento de que a melhoria da qualidade da educação pública dependeria da efetivação de parcerias público-privadas. Ademais, os problemas educacionais são apresentados como decorrentes de questões técnicas envolvendo a eficácia/ineficácia da administração, ao contrário de uma análise das questões políticas, resultantes da "distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos e de poder" (Silva, 1995, p.18). Posto isto, consideramos relevante pesquisar quais os sujeitos participantes no processo de produção do texto da Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil (BNCC-EI). Temos clareza que, do ponto de vista político-pedagógico, esse documento normativo, merece atenção dos pesquisadores para que a EI seja respeitada em sua especificidade, não sendo o currículo concebido e materializado como um rol de conteúdos pré-definidos. A pesquisa se ancora na abordagem qualitativa que, segundo Minayo (2002), possibilita investigar o universo de significados dos fenômenos, conjugando com a pesquisa documental, pois concordamos com Le Goff (1996, p.545) quando afirma que "o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder". Para apreender os atores envolvidos na elaboração da BNCC-EI, recorremos aos documentos referentes às suas diversas versões, pareceres de especialistas e artigos produzidos por eles, na interlocução com outros pesquisadores da área: Adrião (2016), Caetano (2020), Macedo (2018), Oliveira (2018) e outros. Importante destacar, que no ano de 2013, foi criado o Movimento pela Base Nacional

[1] Doutora em Educação (UFPB). Pedagoga (UAEB-CAp/UFCG). Contato: *nildamas.dantas@gmail.com*.

Comum (MBNC[)], grupo não governamental, constituído por pessoas, organizações e entidades "que se dedica à causa da construção e implementação da BNCC. Esse movimento, conforme Caetano (2020), é formado por grupos ligados ao capital financeiro e à burguesia brasileira, tendo como principal articuladora a Fundação Lemann. Freitas (2016, 2014) denomina esses grupos empresariais que objetivam implementar o modelo gerencialista na educação de reformadores empresariais, cuja teoria de formação humana reduz-se ao desenvolvimento cognitivo, desconsiderando as demais dimensões que envolvem a criança. O MBNC disputou ao longo de todo o processo de elaboração o seu conteúdo, visando, assim, a veicular visões de mundo e de projeto de sociedade, bem como a aumentar suas taxas de lucro, já que a adoção de um currículo nacional "cria um mercado homogêneo para livros didáticos, ambientes instrucionais informatizados, cursos para capacitação de professores" (Macedo, 2018, p. 34). No período de 17 a 19 de junho de 2015, ocorreu a realização do I Seminário Interinstitucional para a elaboração da BNCC, que contou com a participação de assessores e da comissão de especialistas nas áreas do currículo, composta de 116 integrantes (Professores/as pesquisadores/as de universidades, professores/as da educação básica e técnicos das secretarias de educação), instituído por meio da portaria nº 592, de 17 de junho de 2015. Já o comitê de 14 assessores, responsáveis pela coordenação geral dos trabalhos, somente foi instituído pela portaria nº 20, de 10 de julho de 2015. Para elaborar a versão preliminar referente à educação infantil, foram convidadas as professoras Maria Carmem Barbosa (UFRGS) e Zilma de Moraes Ramos de Oliveira (USPRP) para compor o comitê constituído por assessores e, ainda, Sílvia Helena Cruz (UFC) e Paulo Sérgio Fochi (UNISINOS), para o de especialistas. A primeira versão da BNCC-EI foi disponibilizada em um portal para consulta pública em 16 de setembro de 2015. Neste portal, foram estabelecidos canais de comunicação e participação da sociedade, permitindo, assim, que especialistas, associações científicas e membros da comunidade acadêmica realizassem sugestões (BRASIL, 2016). Conforme Triches e Ananda (2018), apenas 3,07% das contribuições eram referentes à educação infantil, o que demonstrou uma ínfima representatividade no tocante à participação. Após a coleta e sistematização das contribuições, foi publicada, em maio de 2016 a segunda versão. Esta, foi analisada em seminários estaduais coordenados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). A terceira versão, definida após o impeachment da Presidenta Dilma, foi elaborada por uma nova comissão de especialistas vinculada ao novo grupo político, sendo entregue no dia 06 de abril de

2017 ao Conselho Nacional de Educação (CNE), que promoveu cinco audiências públicas entre julho a setembro, uma em cada região do país, com caráter exclusivamente consultivo. O documento foi aprovado pelo CNE, com algumas modificações, no dia 15 de dezembro de 2017, sendo esta última versão homologada pelo Ministro da Educação, José Mendonça Filho, no dia 20. Sobre sua tramitação no CNE, o Processo Nº 23001.000201/2014-14, incluso no Parecer do CNE 15/2017, referente ao pedido de vistas das conselheiras Aurina de Oliveira Santana, Malvina Tania Tuttman e Marcia Ângela da Silva Aguiar, o destaque é dado ao curto espaço de tempo para análise das contribuições oriundas das audiências e do próprio CNE, bem como dos textos das versões das minutas do Parecer e Resolução. Ao longo do processo de elaboração da BNCC, especialmente após o golpe institucional de 2016, orquestrado pelos detentores do capital e das elites conservadoras, que levou Michel Temer a ascender ao poder, constatou-se uma influência maior do MBNC na direção do seu conteúdo. Esse movimento vem disputando, no cenário nacional, o projeto de educação, "colocando em risco os paradigmas de direitos humanos educacionais que são substituídos pela lógica do mercado baseada no custo x benefício e na visão dos estudantes como mercadorias – commodities" (Adrião *et al.*, 2016, p.128). Contrapondo-se a essa lógica, estão aqueles que defendem a democratização da educação, por acreditarem no seu papel emancipador, haja vista que o acesso ao saber crítico contribui para desvelar questões econômicas, políticas e culturais. Partindo dessa compreensão, questiona-se a construção de currículos uniformizadores como a BNCC, que, conforme Oliveira (2018, p.57), desconsideram que "reconhecer a necessidade de oferecer possibilidades diversas/plurais de proposta e experiência curricular a alunos diferentes/desiguais é necessário para promover a equalização social e a redução de desigualdades". Diante do exposto, vimos que o processo de elaboração da BNCC-EI teve pouca participação dos docentes e, na versão final, os representantes do capital financeiro e das elites conservadoras assumiram o protagonismo na elaboração do documento. Ademais, a BNCC-EI, cuja organização curricular visa ao detalhamento das aprendizagens infantis a serem reguladas em tempos definidos, limitam a possibilidade para a participação da criança no planejamento curricular, destituindo-a da posição de sujeito histórico, de direitos e ator social.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil. Movimento pela Base.

Referências:

ADRIAO, T. M. de F *et al*. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educ. Soc**., Campinas v. 37, n. 134, mar. 2016

CAETANO, Maria Raquel. As Reformas Educativas Globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Textura**, 22 n. 50 p.36-53 abr/jun 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Revista Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio/ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão preliminar. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2ª Versão Revista. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª Versão Revista. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Brasília: MEC, 2018.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MACEDO, Elizabeth. "A base é a base". E o currículo é o que? In: AGUIAR, Márcia A. da S.; DOURADO. Luiz Fernandes (Orgs). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024**: Avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]. Recife, 2018

MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA. Inês Barbosa de. Políticas curriculares no contexto do golpe de 2016: debates atuais, embates e resistências. In. AGUIAR. Márcia Ângela; DOURADO. Luiz Fernandes. (Org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024**: avaliação e perspectivas. Livro eletrônico. Recife: ANPAE, 2018

SILVA, Tomas Tadeu. **Documentos de identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. 11. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TRICHES, E. de F., ARANDA, M. A. de M. O percurso de formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Anais do III Seminário de Formação docente**: intersecção entre universidade e escola, 2018.